

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA FAZENDA**

# **GUIA DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS – CONTABILIZAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS UTILIZADOS**

**Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE  
Divisão de Informação e de Normatização Contábil – DNC  
Atualizado em 29/04/2022**

## Sumário

1 – INTRODUÇÃO .....	3
2 – NORMATIZAÇÃO NACIONAL.....	3
3 – JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA IPC 15 - REFLEXOS NA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA...	3
4 –PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS PARA REALIZAÇÃO EM ABRIL/2022 .....	5
5) –NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.....	6

## **1 – INTRODUÇÃO**

---

Os depósitos judiciais vêm sendo utilizados pelo Estado desde o exercício de 2001 e o saque desses valores pelo Estado sempre foi registrado como receita extraorçamentária - passivo financeiro de depósitos restituíveis e valores vinculados. Como o saque desses depósitos não era medida utilizada por muitos Estados, não havia uma normatização contábil nacional sobre o assunto.

## **2 – NORMATIZAÇÃO NACIONAL**

---

A partir de 2015, ocorreram alterações normativas para utilização dos depósitos judiciais de terceiros o que fez com que mais entes federativos acessassem esses recursos. Assim, a STN emitiu em 2018 a Instrução de Procedimentos Contábeis 15 (IPC 15), de adoção facultativa e inicialmente não observada pelo Estado do Rio Grande do Sul.

A IPC 15 (em anexo) entre outros aspectos orienta que:

- a) Sejam registradas receitas de capital para os saques de depósitos judiciais de terceiros e um passivo patrimonial do saldo total sacado;
- b) Sejam registradas receitas correntes para os saques de depósitos judiciais em que o Estado é parte, nenhum passivo deve ser registrado pela baixa probabilidade de devolução dos valores;
- c) As devoluções dos depósitos sejam realizadas por empenho.

## **3 – JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA IPC 15 - REFLEXOS NA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

---

O Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, válido a partir de 2022, trouxe 2 inovações na apuração da Dívida Consolidada Líquida, de apuração quadrimestral:

- a) inseriu a linha “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados” como redutora da Disponibilidade Caixa. Nesta linha atualmente se inclui os saques dos depósitos judiciais (R\$ 10,6 bilhões);

- b) Alterou a regra anterior, de considerar a disponibilidade de caixa com valor de zero, quando as obrigações financeiras (Restos a Pagar e demais passivos financeiros) superam o valor do caixa. Agora, quando a disponibilidade de caixa resulta em valor negativo, esse valor precisa ser adicionado na dívida consolidada.

O efeito dessas duas alterações para o Estado, considerando a prática contábil até então adotada no Estado (depósitos judiciais como passivo financeiro), é que seria adicionado em torno de R\$ 1,8 bilhão na dívida consolidada, visto que a Disponibilidade de Caixa ficaria negativa, conforme simulação abaixo:

Fev/2022 (MDF12) - Depósitos Judiciais no Passivo Financeiro	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	98.062.360.255
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	-1.808.019.411
Disponibilidade de Caixa <sup>1</sup>	-1.808.019.411
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.314.267.381
(-) Restos a Pagar Processados	278.461.213
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados <sup>2</sup>	13.843.825.579
Demais Haveres Financeiros	-
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III=I-II)</b>	99.870.379.666
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	54.523.590.830
<b>% da DC sobre a RCL</b>	183,17%

Nota 1: Disponibilidade de Caixa Negativa aumenta o saldo da Dívida Consolidada Líquida em R\$ 1,8 bi.

Nota 2: Dos R\$ 13,8 bilhões, R\$ 10,6 bilhões são os saques dos depósitos judiciais.

A adoção da IPC 15 geraria impactos nos indicadores, sendo os mais relevantes:

- a) Diminuição do indicador da Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida;
- b) A disponibilidade de caixa líquida ficará positiva (por conta da reclassificação dos depósitos judiciais e anulação de restos a pagar da dívida).

Segue abaixo como ficaria o indicador DCL/RCL caso esta reclassificação tivesse sido efetuada em fevereiro/2022:

Fev/2022 (MDF12 - Sem Depósitos Judiciais - IPC15)	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	98.062.360.255
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	8.787.666.031
Disponibilidade de Caixa <sup>1</sup>	8.787.666.031
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.314.267.381
(-) Restos a Pagar Processados	278.461.213
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados <sup>2</sup>	3.248.140.136
Demais Haveres Financeiros	-
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III=I-II)</b>	89.274.694.223
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	54.523.590.830
<b>% da DC sobre a RCL</b>	163,74%

Nota 1: Disponibilidade de Caixa Positiva diminui o saldo da Dívida Consolidada Líquida em R\$ 8,8 bi.

Nota 2: Sem a inclusão dos saques dos depósitos judiciais nos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

Conforme Nota Técnica 13 elaborada pelo Estado para Ingresso no Regime de Recuperação Fiscal, há um compromisso de adoção da IPC 15 pelo Estado. Os registros contábeis para adoção da IPC 15 devem ocorrer em abril/2022 de forma que os efeitos demonstrados no item 3 fiquem refletidos no Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre/2022.

#### **4 –PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS PARA REALIZAÇÃO EM ABRIL/2022**

A situação atual é que a totalidade dos depósitos judiciais sacados (R\$ 10.595.685.442,94) está registrada na conta 2.1.8.8.1.03.01.0039 análise 511001010013 – DEP JUDICIAIS-L.12069/04. Com o entendimento adotado pela IPC 15, esse valor deve ser completamente baixado do passivo financeiro, sendo que apenas o valor dos depósitos de terceiros deve estar no passivo patrimonial do Estado. Dessa forma, devem ser realizados os seguintes procedimentos/lançamentos contábeis:

- a) Liberar nota financeira de todo saldo da receita extraorçamentária 511001010013 e pagar por acerto caixa;
- b) Realizar lançamento contábil por slip para regularização do caixa e impacto em resultados de exercícios anteriores:
  - D – 1.1.1.1.1.01.01.0010 - Caixa
  - C – 2.3.7.1.1.03.01.0368 – Ajuste de Exercícios Anteriores – Patrimônio Financeiro
  - R\$ 10.595.685.442,94
  - D – 7.2.1.1.1.01.01.0464
  - C – 8.2.1.1.1.01.01.0464
  - Recurso 0001
  - R\$ 10.595.685.442,94
- c) Realizar a inscrição de passivo permanente dos depósitos judiciais de terceiros:
  - D – 2.3.7.1.1.03.01.0369 – Ajuste de Exercícios Anteriores – Patrimônio Permanente
  - C – 2.2.8.9.1.98.01.0459 – Depósitos Judiciais Utilizados – Lei 12.069/2004
  - R\$ 10.112.837.123,40

O valor dos depósitos judiciais em que o Estado é parte não constitui um passivo devido à baixa probabilidade de gerarem um desembolso no futuro. Porém, deve ser mantido um registro em

outros controles por meio do seguinte lançamento por slip, a ser realizado pelo saldo atual de depósitos sacados e também para novos saques:

- d) D – 7.9.9.1.1.01.01.0533 – Controle dos Depósitos Judiciais Utilizados – Lei 11.686/2001  
C – 8.9.9.1.1.01.01.0533 – Contrapartida Controle dos Depósitos Judiciais Utilizados – Lei 11.686/2001  
R\$ 482.848.319,54

Além disso, há outras contas de controle que se referem aos valores disponíveis para utilização que devem ter seus saldos baixados. Nos depósitos de terceiros, já há vedação legal de utilização do valor e nos depósitos que o Estado é parte os saques também não estão permitidos por pendências administrativas. Devem ser realizados os seguintes lançamentos contábeis por slip:

- e) D – 8.1.1.9.1.01.01.0459 – Lei 12.069/2004 – Saldo dos Depósitos Judiciais Disponível p/Utilização do Estado  
C – 7.1.1.9.1.01.01.0459 – Depósitos Judiciais – Saldo Disponível p/Utilização pelo Estado Lei 12069/2004  
R\$ 1.732.075.830,14
- f) D – 8.1.2.9.1.01.01.0459 – Lei 12.069/2004 – Saldo dos Depósitos Judiciais Disponível p/Utilização p/Estado  
C – 7.1.2.9.1.01.01.0459 – Depósitos Judiciais – Saldo Disponível p/Utilização pelo Estado – Lei 12069-2004  
R\$ 1.732.075.830,14

Após a baixa dos saldos, a DNC excluirá as contas e o controle dos percentuais se dará pelos totais sacados (contas 7.9.9.1.1.01.01.0533 e 2.2.8.9.1.98.01.0459) e pelos totais dos depósitos (7.9.1.1.1.01.01.0533 e 7.9.1.1.1.01.01.0459).

## **5) –NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS**

---

Com a adoção da IPC 15, as devoluções de recursos de depósitos judiciais devem ser realizadas por meio da execução orçamentária da despesa. Devoluções de depósitos judiciais em que o Estado não é parte devem ser empenhadas na NAD 4.5.90.93.9350 – Devolução de Depósitos Judiciais de Terceiros – Lei 12.069/2004. No momento da liquidação, ocorrerá o seguinte lançamento contábil automático:

- a) D – 2.2.8.9.1.98.01.0459 – Depósitos Judiciais – Lei 12.069/2004

C – 2.1.8.9.1.01.02.0459 – Devoluções de Depósitos Judiciais – Lei 12.069/2004 – a pagar

No pagamento, ocorrerá o seguinte lançamento contábil automático:

- b) D – 2.1.8.9.1.01.02.0459 – Devoluções de Depósitos Judiciais – Lei 12.069/2004 – a pagar

C – Banco

Devoluções de depósitos judiciais que o Estado é parte devem ser empenhadas na NAD 3.3.90.93.9351 – Devoluções de Depósitos Judiciais utilizados lei 11.686/2001. No momento da liquidação, ocorrerá o seguinte lançamento contábil automático:

- c) D – 3.9.9.6.1.01.17.0008 – Devoluções de Depósitos judiciais utilizados lei 11.686/2001

C – 2.1.8.9.1.01.02.0533 – Devoluções de Depósitos Judiciais- Lei 11.686/2001 – a pagar

No pagamento, ocorrerá o seguinte lançamento contábil automático:

- d) D - 2.1.8.9.1.01.02.0533 – Devoluções de Depósitos Judiciais- Lei 11.686/2001 – a pagar

C – Banco

Como há uma proibição legal de saque dos depósitos de terceiros, está sendo criada apenas a receita orçamentária de saque dos depósitos judiciais em que o Estado é parte. A classificação da receita a ser utilizada é a 1999.99.2.1.0058 – Saques de Depósitos Judiciais – Lei 11.686/2001.

No momento de registro da receita, ocorrerá o seguinte lançamento contábil automático:

- e) D – Bancos

C - 4.9.9.9.1.01.09.0004 - Saques de Depósitos Judiciais – Lei 11.686/2001

Lançamento por slip para atualização do saldo da conta de controle:

- f) D – 7.9.9.1.1.01.01.0533 – Controle dos Depósitos Judiciais Utilizados – Lei 11.686/2001

C – 8.9.9.1.1.01.01.0533 – Contrapartida Controle dos Depósitos Judiciais Utilizados – Lei 11.686/2001

A atualização do montante dos depósitos judiciais deve ocorrer mensalmente por meio dos seguintes lançamentos contábeis manuais:

- g) Pelo valor do aumento do saldo dos depósitos judiciais de terceiros, se houver:

D – 7.9.1.1.1.01.01.0459 – Controle do Montante dos Depósitos Judiciais – 12.069/2004

C – 8.9.1.1.1.01.01.0459 – Contrapartida – Montante dos Depósitos Judiciais – Lei Estadual 12.069/2004

h) Pelo valor da redução do saldo dos depósitos judiciais de terceiros, se houver:

D – 8.9.1.1.1.01.01.0459 - Contrapartida – Montante dos Depósitos Judiciais – Lei Estadual 12.069/2004

C - 7.9.1.1.1.01.01.0459 – Controle do Montante dos Depósitos Judiciais – 12.069/2004

i) Pelo valor do aumento do saldo dos depósitos judiciais em que o Estado é parte, se houver:

D – 7.9.1.1.1.01.01.0533 - Controle do Montante dos Depósitos Judiciais – 11.686/2001

C – 8.9.1.1.1.01.01.0533 – Contrapartida - Montante dos Depósitos Judiciais – 11.686/2001

j) Pelo valor da redução do saldo dos depósitos judiciais em que o Estado é parte, se houver:

D - 8.9.1.1.1.01.01.0533 – Contrapartida - Montante dos Depósitos Judiciais – 11.686/2001

C - 7.9.1.1.1.01.01.0533 - Controle do Montante dos Depósitos Judiciais – 11.686/2001